



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials.

ATA Nº. 8

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala polivalente da EB1, em Vimieiro.

Estiveram presentes:

- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – 1ª. Secretária, que perante a falta da Presidente da A. M. substituiu-a, presidindo a presente sessão
- José Augusto Silva Rosalino – 2º. Secretário, que passou a 1º. Secretário
- Lara Guadalupe Gingão Coelho – indicada para substituir o 2º. Secretário

E os membros:

António Francisco Correia Traguedo; José Manuel Nunes Pinto; Isalina de Jesus Pereira; Paulo Alexandre Reis da Silva; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Pedro Manuel Martins Silveira; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Joana Rosa Martins Carreiras; Tomás Inácio de Paiva Calhau; José Júlio Ferreira dos Loios; Rui Manuel Cosme Estriga; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado: Isaura da Conceição Serra Barreiros (Presidente da Assembleia Municipal) e Helena Isabel Maneiras Espadaneira (Presidente da Junta de Freguesia de Arraiolos) que foi substituída por Carlos Correia dos Loios (Secretário da Junta de Freguesia).

Os eleitos do Órgão Executivo estavam todos presentes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes, informando o público da necessidade de inscrição junto do secretariado de apoio, caso haja intenção de intervirem, para uma melhor organização da sessão.

Discussão e votação de ata:

Pela mesma foi colocada à discussão o projeto de ata nº 7 da sessão ordinária de 30/06/22, a qual foi remetida, antecipadamente, a todos os membros.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

a
RR *U*

Não havendo qualquer pedido de intervenção, procedeu-se à votação verificando-se aprovação da mesma, por unanimidade, dos presentes na referida reunião.

Por não terem estado presentes, não participaram na votação António Traguedo, José Joaquim Lopes e Rui Estriga.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- *Joana Carreiras* interveio lembrando três assuntos colocados durante o período de intervenção do público por um jovem do seu partido, clarificando e deixando algumas considerações nomeadamente, sobre a data da limpeza do cemitério de Arraiolos que foi posterior às imagens divulgadas na rede social, visto que estavam no local e não estava a ser limpo. Sobre a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens considera que as instituições do concelho desempenham bem o seu papel mas seria importante a existência dessa comissão, até porque, têm uma função mais direta e atuam de imediato, enquanto as instituições acabam por retardar uma vez que passam os assuntos de uma para outra. Alegou ainda que o nosso concelho é dos poucos do País que não tem CPCJ. Por fim, sobre a Assembleia de Jovens considera da maior importância que os jovens participem e sejam ouvidos sobre as atividades da Câmara, pois será uma forma de trazer de volta aqueles que saíram para estudar.
- *Maria Manuel* questionou sobre as três obras – investimentos - que estão a decorrer em Arraiolos:
 - Zona do Multiusos, que muito embora, tenha tido ultimamente algum desenvolvimento, se foi dado algum prazo para a conclusão, até porque tinham dado conhecimento que iriam intimar a empresa para retomar os trabalhos, caso contrário, seriam tomadas medidas;
 - Casa Mortuária - se já há previsão para a sua conclusão;
 - Mercado Municipal - qual o ponto da situação.
- *Paula Pastaneira* manifestou satisfação na oportunidade da realização desta sessão em Vimieiro, dando, assim, cumprimento a um dos artigos do regimento e solicitação já colocada anteriormente. Enalteceu o local escolhido pois possibilitou conhecer o espaço. Questionou como tem estado a decorrer a transferência de competências na área da educação, realçando que teve conhecimento que a opinião dos alunos da Escola Cunha Rivara é muito satisfatória no tocante às refeições servidas. Perguntou como vai ser gerido o espaço do Arraiolos Multiusos para a realização da Mostra Gastronómica, dado estarem a decorrer obras na zona. Finalizou, questionando sobre o ponto da situação do projeto de valorização do Palácio dos Condes do Vimieiro.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Dada a ausência de inscrições, a Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da C. M. para responder, caso entenda, às questões colocadas.

A Presidente da C. M., respondendo às questões colocadas, afirmou que não tem dúvidas sobre a ação específica das CPCJs, no entanto, voltou a frisar que o nosso concelho sem a formalização dessa Comissão funciona melhor que muitos concelhos que a têm. Sobre o referido na última Assembleia relativo às comissões de jovens, informou que recentemente decorreu a Festa da Juventude onde foram convidadas todas as associações de jovens do concelho a participarem, não tendo sido convidadas as comissões ligadas a partidos, uma vez que não se quer partidarizar este tipo de evento. Em relação às obras, informou que a C. M. colocou um prazo para a empresa retomar os trabalhos na envolvente do Multiusos estando, presentemente, a decorrer a um bom ritmo, perspetivando-se que esteja terminada no início do próximo ano. Sobre a Casa Mortuária referiu que ainda decorrem divergências com o empreiteiro, não estando a ser fácil, uma vez que foram detetadas inconformidades na obra em matéria da qualidade dos produtos e aplicação dos mesmos, não podendo ser aceite a obra sem a respetiva correção. Relativamente ao Mercado Municipal, informou que a candidatura acabou por não avançar, por um lado o empreiteiro indicou que não tinha capacidade para avançar com a obra em consequência do acréscimo de custos e por outro lado por terem visto não haver condições dado que o financiamento iria ser reduzido, de qualquer forma iriam procurar intervencionar a parte de baixo do edifício. Sobre a Mostra Gastronómica confirmou a sua realização de 28 de outubro a 6 novembro, estando a ser efetuadas reuniões de preparação com a restauração e produtores locais numa perspetiva de divulgação do nosso património, quer gastronómico quer cultural, com um modelo muito idêntico ao de 2019, estando prevista a instalação da tenda como vem sendo habitual. Salientou ainda que a Mostra tem o objetivo de valorização e promoção do que é nosso integrando apenas empresas do concelho, embora haja uma grande procura de restaurantes de fora. Informou que o assumir das competências na área da educação tem estado a correr bem, até porque o refeitório tem tido uma grande aceitação, estando a serem fornecidas cerca de 300 refeições, não incluindo as da Escola Básica e Jardim de Infância, havendo um feedback muito positivo por parte dos alunos e encarregados de educação. Informou que tanto as AECs como outras atividades têm tido grande aceitação. Referiu ainda que entre as situações menos positivas está o equipamento que pertence à Parque Escolar o que levanta algumas dificuldades quando ocorre alguma avaria, pois terá que haver permissão desta para se proceder à reparação e as verbas são muito reduzidas para os gastos efetivos. Por fim, sobre o Palácio dos Condes do Vimieiro informou que tem vindo a realizar reuniões com a Diretora Regional da Cultura no âmbito da valorização do património dedicado à questão da música e filarmónicas, garantido que não se pretende com este espaço fazer concorrência às bandas filarmónicas, mas sim como um complemento a estas, onde poderá incluir



AR U

Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

uma zona museológica, salas para encontros, etc. Informou ainda que o espaço foi visitado pelo Presidente da CCDRA para o sensibilizar para um possível encaixe no próximo Quadro Comunitário.

A Presidente da Mesa abriu o segundo período, em que intervieram:

- Tomás Calhau referiu que tem ouvido por parte de pais e alunos comentários de satisfação com o assumir por parte da Câmara o refeitório da escola. Manifestou agrado com a alteração de sinalização na Rua das Acácias que veio a contribuir para descongestionar o trânsito na zona. Lembrou, uma vez mais, que o parque industrial de Arraiolos continua sem nome nos arruamentos, o que tem causado grandes transtornos – falta de distribuição do correio e dificuldade para quem necessita de se dirigir a alguma empresa. Chamou a atenção para a situação económica que atravessamos que na sua opinião vai agravar ainda mais, apesar do Governo divulgar na comunicação social que o País está muito bem e que vamos receber uns milhões, sugerindo que o executivo contemple no próximo orçamento uma verba para apoio aos mais desfavorecidos.

A Presidente da C. M. referiu que segundo os dados tudo indica que 2023 será um ano muito difícil para todos – famílias, empresas, poder local – garantindo que a Câmara Municipal dentro das suas competências tudo fará para continuar a ajudar aqueles que efetivamente necessitem. Quanto à sinalização das ruas na Zona Industrial informou estar colocada há cerca de 15 dias.

- Tomás Calhau manifestou alguma surpresa uma vez que todos os dias para lá se dirige e não reparou, até porque esperava, à semelhança de outros parques industriais, de um placard identificativo na entrada do mesmo.
- Manuel Cabeça perguntou para quando o cumprimento de uma deliberação do anterior mandato da Assembleia Municipal, relativa à atribuição a uma artéria o nome de Jorge Sampaio.

A Presidente da C. M. respondendo à questão afirmou que numa anterior reunião informou que seria atribuído no próximo ano, visto se assinalar 20 anos da primeira reunião do Grupo Arraiolos.

- Rui Estriga, *Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro*, interveio assinalando com agrado a situação, já referida anteriormente, que se prende com o facto da descentralização das reuniões deste órgão e a sua realização na sua freguesia que deu a conhecer a obra da escola e a conhecer explicação da Presidente da C. M. sobre uma das preocupações de todos os Vimieirenses.

Período da Ordem do Dia



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Apreciação da Atividade Municipal;**
2. **Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. semestre do ano corrente;**
3. **Proposta de Regulamento Municipal de cedência de lotes de terreno pertencentes ao Município de Arraiolos e destinados a atividades industriais, de armazenagem, de comércio ou de serviços.**
4. **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais da empreitada de “Albufeira do Divor – Zona de Recreio Público e Náutico”**

1. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL:

A Presidente da Mesa colocou à consideração a informação emitida pela Presidente da Câmara refletindo a atividade municipal, que decorreu desde os finais de junho até à presente sessão, a qual foi remetida a todos os membros para conhecimento.

Interveio Paula Pastaneira questionando sobre o referido na página 4 – atualização da base de dados das empresas com interesse na aquisição de lotes na Zona industrial de Arraiolos - se realmente tem havido interesse em adquirir na nossa zona e no indicado na página 6 - mobilidade interna entre órgãos de serviços - quais as funções de Ana Rita Canelas, uma vez que refere assistente técnica quando se trata de uma educadora de infância.

A Presidente da C. M. informou que muito recentemente foram atribuídos 2 lotes, havendo mais manifestações de interesse, estando o serviço com processo de reversão de lotes, que por vezes são simples, mas outros com mais complexidade. Sobre a técnica em questão tratou-se de uma mobilidade que veio da Câmara de Montemor-o-Novo sendo acolhida com a mesma categoria que detinha - assistente técnica.

2. RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 1º. SEMESTRE DO ANO CORRENTE:

Pela Presidente da Mesa foi colocado à consideração o Relatório em título, o qual foi remetido pela empresa G. Marques, S.A. informando que se trata de documento que não carece de deliberação deste órgão, mas sim, para conhecimento e colocação de alguma observação caso seja entendido. Usando da palavra, António Tragedo referenciando a página 22 - demonstração de resultados – questionou a que se deve o aumento de impostos no ano de 2021 para 2022 em 271 mil euros e



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Handwritten initials and marks in the top right corner.

qual a razão da redução dos subsídios e prestações sociais atribuídos conforme refere o comparativo com 2021.

Respondendo às questões a Presidente da Câmara informou que as taxas dos impostos não tiveram qualquer aumento podendo dever-se à dinâmica das empresas no concelho, quanto aos subsídios e prestações sociais esclareceu que a diferença poderá ser os apoios no âmbito do COVID que 2021 ainda tinha algum impacto, até porque tivemos um aumento na ação social escolar.

3. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CEDÊNCIA DE LOTES DE TERRENO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS E DESTINADOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS, DE ARMAZENAGEM, DE COMÉRCIO OU DE SERVIÇOS:

Foi submetida a proposta de Regulamento em título, a qual foi remetido a todos os membros antecipadamente, dispensando a sua transcrição por exaustiva, ficando arquivada na pasta de atas 2021-2025.

Sobre o documento intervieram:

- *Maria Manuel* solicitou esclarecimento sobre o número de anos indicados no direito de superfície – 70 anos (página 2) – se é uma condicionante legal ou se foi estipulado pela C. M. visto considerar descabido. Verificou no questionário - anexo 2 (página 6) fazem distinção para quem quer se fixar dos 18 aos 36 e + de 36, questionando do porquê dessa distinção e se haverá alguma mais-valia; por fim referiu que o anexo 3 (página 8) fazem referência a espaço verde, perguntando se obriga que todos tenham de ter esse espaço ou se foi colocado por lapso.

A Presidente da C. M. informou que o fundamento deste regulamento é a substituição dos que existiam para os loteamentos de Arraiolos e Vimieiro, visto estarem desatualizados. Quanto às questões colocadas esclareceu que os 70 anos é o valor habitual para este tipo de contrato que, até hoje, não tem sido impeditivo para a fixação de empresa; quanto ao questionário esclareceu que não tem intenção de priorizar ninguém é mais por uma questão de informação, visto que o que se pretende é dar resposta aos possíveis interessados. Sobre a designação de “espaço verde” informou que a expressão utilizada tem o sentido de aconselhamento para a zona envolvente.

- *Manuel Cabeça* alegou ter tido conhecimento que o trabalho técnico do PDM está na CCDR questionando qual a relação que se pode estabelecer, ou não, entre esta proposta de regulamento e o PDM.
- *Joana Carreiras* levantou algumas dúvidas com o teor do art.º. 6º (processo de atribuição de lotes) interrogando como vão pontuar os itens, pois poderá vir a ocorrer alguma injustiça, su-



Handwritten signature

Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

gerindo que os itens fossem pontuados pois tornaria o processo mais transparente. Referiu ainda que o nº. 3 do artº 13 está confuso.

- *Tomás Calhau* questionou se não haverá alguma confusão na numeração, em especial a partir do artº. 6º.

A Presidente da Mesa confirmou tratar-se de lapso sendo corrigido na versão final, passando a palavra à Presidente da C. M. salientando que quando se proceder à abertura de edital todos os pressupostos serão claros de forma a não suscitarem dúvidas e após a atribuição será igualmente divulgado por meio de edital. Esclareceu ainda que este regulamento tem de andar a par do PDM ou seja, foram tidas em conta as novas regras legais.

Solicitando a palavra, Manuel Cabeça retomou o assunto, questionando que sentido fazia haver aprovação deste regulamento se havia desconhecimento das regras e diretrizes do PDM.

Passando-se à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com dezassete votos favoráveis e uma abstenção assumida pela Joana Carreiras (PSD).

4. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE “ALBUFEIRA DO DIVOR – ZONA DE RECREIO PÚBLICO E NÁUTICO”

Para os efeitos previstos na alínea c) do nº. 1 do artº. 6º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso), a Câmara Municipal solicita autorização para assunção do compromisso plurianual da empreitada em título, do seguinte modo:

Ano corrente – 5.000,00€

Ano 2023 – 574.000,75€

A empreitada está inscrita no plano 2021/II/5 e económica 0102/0703030053 e de acordo com os valores inscritos no pedido de cabimento da DOM (proposta nº 1548/2022).

A Presidente da C. M. fez uma breve apresentação do assunto, alegando que foi um processo complexo, tendo em conta que teve de haver conversações e acordo com a Direção Regional da Agricultura relativamente ao espaço envolvente à barragem, uma vez que é património do Estado e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente sobre a utilização da albufeira.

Sobre o assunto, interveio Nuno Rebocho (Presidente da Junta de Freguesia de Igrejinha) questionando se iriam apresentar o projeto à população em geral.

A Presidente da C. M. respondeu que o projeto foi exposto numa das festas da Igrejinha, no entanto, foram incluídas pequenas alterações de acordo com as exigências da APA, garantindo que poderá fazer nova apresentação.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Tomás Calhau colocou algumas questões de ordem de localização da zona a intervir que a Presidente da C. M. esclareceu.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a Presidente da Mesa colocou à votação, verificando-se a aprovação, por unanimidade.

=====X=====

Período de intervenção de munícipes

Estando presentes vários munícipes, desde o início da sessão, a Presidente da Mesa enalteceu e agradeceu a presença de todos, informando que apenas houve uma inscrição, passando a palavra:

D. Vanda Couvinha questionou do porquê da inexistência de pré-escolar público no Vimieiro.

A Presidente da C. M. respondeu que nunca chegou ao seu conhecimento a necessidade da existência no Vimieiro, dado haver uma resposta por parte de uma IPSS local, que é financiada pelo Estado para esse fim. Esclareceu que para haver um pré-escolar público terá que haver vontade por parte do Ministério da Educação para avançar com essa componente, pois terá que ser criado um espaço e a colocação de pessoal.

A munícipe voltou a intervir lamentando que esta IPSS não esteja a aplicar os escalões como devia e acabe por cobrar um valor igual para todos.

A Presidente da Mesa agradeceu a intervenção ficando o exposto do conhecimento de todos.

Não havendo mais inscrições deu por encerrado este período.

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21,50 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Catarina Paetaxo Correia dos Santos

João Salgueiro

Laura Guadalupe Gingão Coelho